

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

## Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 975 milhões (31/12/2018 - R\$ 2.191 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2019, foi de R\$609 milhões (31/12/2018 - R\$907 milhões).

Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$138 milhões, tendo como origem o valor remanescente do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e o excesso de reservas dos anos anteriores, passando o capital social de R\$727 milhões para R\$865 milhões.

Em AGE realizada em 23 de outubro de 2019, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$1.061 milhões com base em reservas, passando o capital social de R\$865 milhões para R\$1.926 milhões. Nesta AGE também foi aprovado a redução de R\$1.068 milhões, passando o capital de R\$1.926 milhões para R\$858 milhões. A redução do capital ocorreu sem cancelamento de ações e o Banco Santander (controlador da Aymoré CFI) recebeu o valor referente à redução do capital mediante a entrega:

## BALANÇO PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019		31/12/2018		Nota	31/12/2019		31/12/2018	
<b>Ativo Circulante</b>		<b>20.844.566</b>	<b>23.375.665</b>				<b>22.017.320</b>	<b>21.580.890</b>		
<b>Disponibilidades</b>	<b>4 &amp; 17.d</b>	<b>13.927</b>	<b>70.778</b>				<b>20.705.069</b>	<b>19.967.645</b>		
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>17.d</b>	<b>658.428</b>	<b>3.433.357</b>				<b>34.932</b>	<b>29.626</b>		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		658.428	3.433.357			17.d	20.670.137	19.938.019		
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>369.165</b>	<b>162.696</b>				<b>1.312.251</b>	<b>1.613.245</b>		
Carteira própria		369.165	162.696				18.873	16.493		
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>14.615</b>	<b>10.767</b>					<b>7.942</b>	<b>168.691</b>		
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		14.615	10.767			13	326.486	265.872		
<b>Operações de Crédito</b>	<b>17.008.590</b>	<b>16.747.087</b>					<b>958.950</b>	<b>1.162.189</b>		
Setor Privado	6	17.612.879	17.205.677							
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(604.289)	(458.590)			14				
<b>Outros Créditos</b>	<b>2.776.905</b>	<b>2.921.293</b>								
Rendas a Receber		35.553	90.610							
Créditos Tributários	7	564.041	412.103							
Diversos	8	2.223.674	2.475.778							
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(46.363)	(57.198)							
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>2.936</b>	<b>29.687</b>							
Outros Valores e Bens		1.845	1.328							
Despesas Antecipadas		1.091	28.359							
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>25.302.206</b>	<b>20.621.565</b>					<b>23.467.497</b>	<b>21.335.157</b>		
<b>Operações de Crédito</b>	<b>22.635.031</b>	<b>18.437.298</b>					<b>22.013.393</b>	<b>20.005.847</b>		
Setor Privado	6	23.613.835	19.163.905			17.d	22.013.393	20.005.847		
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(978.804)	(726.607)				<b>1.454.104</b>	<b>1.329.310</b>		
<b>Outros Créditos</b>	<b>2.667.151</b>	<b>2.180.743</b>								
Créditos Tributários	7	1.620.446	1.319.502			13	365	39.483		
Diversos	8	1.147.735	975.315			14	1.453.739	1.289.827		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(101.030)	(114.074)							
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>3.524</b>							
Despesas Antecipadas		24	3.524							
<b>Impermanente</b>	<b>313.533</b>	<b>1.109.841</b>				<b>16</b>	<b>975.488</b>	<b>2.191.024</b>		
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>290.222</b>	<b>1.073.635</b>							
Participações em Controladas - No País	6	279.811	937.790				857.516	726.561		
Ágio		10.411	135.845				117.914	1.464.440		
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>10.765</b>	<b>15.299</b>				<b>58</b>	<b>23</b>		
Imobilizado de Uso		76.557	76.475							
(Depreciações Acumuladas)		(65.792)	(61.176)							
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>12.546</b>	<b>20.907</b>							
Ativos Intangíveis		143.710	143.710							
(Amortizações Acumuladas)		(131.164)	(122.803)							
<b>Total do Ativo</b>		<b>46.460.305</b>	<b>45.107.071</b>				<b>46.460.305</b>	<b>45.107.071</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a		01/01 a		01/01 a
		31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	
<b>Atividades Operacionais</b>						
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>		<b>(8.934)</b>	<b>608.780</b>	<b>608.780</b>	<b>906.976</b>	
<b>Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido</b>		<b>817.274</b>	<b>1.432.925</b>	<b>1.432.925</b>	<b>1.498.101</b>	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	1.056.530	1.982.620	1.982.620	1.647.471	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	66.514	141.719	141.719	26.185	
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		-	22.033	45.994	103.733	
Ativo Fiscal Diferido		(199.590)	(452.951)	(452.951)	(66.617)	
Resultado de Participações em Controladas	10	(130.163)	(292.606)	(292.606)	(216.825)	
Depreciações e Amortizações	20	15.681	34.033	15.681	42.652	
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(12.258)	(22.817)	(12.258)	(32.841)	
Atualização de Impostos a Compensar	22	(1.473)	(3.067)	(1.473)	(5.668)	
Outros		-	-	-	11	
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(891.806)</b>	<b>(1.374.938)</b>	<b>(1.374.938)</b>	<b>(2.086.535)</b>	
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		991.117	2.625.892	2.625.892	(227.506)	
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(218.113)	(206.376)	(218.113)	(20.944)	
(Aumento) em Operações de Crédito		(3.385.491)	(6.441.856)	(3.385.491)	(8.140.136)	
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		(1.403)	(3.848)	(1.403)	(4.295)	
Redução em Outros Créditos		(132.418)	94.506	(132.418)	463.163	
Redução em Outros Valores e Bens		30.297	30.768	30.297	30.768	
Aumento em Depósitos		1.951.688	2.744.970	1.951.688	6.153.819	
Aumento em Outras Obrigações		8.577	297.546	8.577	339.144	
Imposto Pago		(136.060)	(516.540)	(136.060)	(680.055)	
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>(83.462)</b>	<b>666.767</b>	<b>666.767</b>	<b>318.542</b>	
<b>Atividades de Investimento</b>						
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	10	-	(100.000)	-	(50.000)	
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4)	(82)	(4)	(156)	
Alienação de Bens Não de Uso Próprio		(517)	(517)	(517)	3.674	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.277	82.863	1.277	30.362	
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento</b>		<b>756</b>	<b>(17.736)</b>	<b>756</b>	<b>(16.120)</b>	
<b>Atividades de Financiamento</b>						
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16	-	(854.919)	-	(166.314)	
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento</b>		<b>(854.919)</b>	<b>(166.314)</b>	<b>(854.919)</b>	<b>(166.314)</b>	
<b>Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(82.710)</b>	<b>(205.888)</b>	<b>(82.710)</b>	<b>136.108</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>		<b>102.638</b>	<b>225.816</b>	<b>102.638</b>	<b>89.708</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>4</b>	<b>19.928</b>	<b>19.928</b>	<b>19.928</b>	<b>225.816</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

## M) Remuneração Baseada em Ações

Aymoré CFI possui plano de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (i) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da atribuição de um parâmetro de performance do Banco; Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do modificador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre o realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

## Liquidação em Ação

Aymoré CFI mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Como o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

## Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), a Aymoré CFI mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Como o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

## n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados e permitida a dedução da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a redução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

## o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação aplicável, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

## p) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

## q) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento em que sejam declarados ou proposto e assumem configuração obrigatória presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades no valor de R\$13.927 (31/12/2018 - R\$70.778) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$6.001 (31/12/2018 - R\$155.038).

(i) de 261.359.460 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas da participação societária no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., conforme valor registrado em 30 de setembro de 2019; e (ii) de 190.724.086 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas da participação societária na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., conforme valor registrado em 30 de setembro de 2019.

## Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$46.460 milhões (31/12/2018 - R\$45.107 milhões). Desse montante, destaca-se, R\$43.858 milhões (31/12/2018 - R\$39.163 milhões) que são representados pela carteira de crédito e R\$658 milhões (31/12/2018 - R\$3.433 milhões) que são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos totais atingiram R\$ 45.485 (31/12/2018 - R/\$ 42.916 milhões), representados principalmente pelo montante de depósitos interfinanceiros de R\$ 42.684 milhões (31/12/2018 - R\$ 39.944 milhões).

## Outras Informações

A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019		31/12/2018	
<b>Passivo Circulante</b>					
<b>Depósitos</b>		<b>20.705.069</b>	<b>19.967.645</b>		
Depósitos à Vista		34.932	29.626		
Depósitos Interfinanceiros	17.d	20.670.137	19.938.019		
<b>Outras Obrigações</b>	<b>1.312.251</b>	<b>1.613.245</b>			
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		18.873	16.493		
Sociais e Estatutárias		7.942	168.691		
Fiscais e Previdenciárias	13	326.486	265.872		
Diversas	14	958.950	1.162.189		
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>23.467.497</b>	<b>21.335.157</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## NOTAS EXPRESSAS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO

sem valor nominal, passando o capital social de R\$100.000 para R\$300.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelos acionistas de Aymoré Financiamento CFI no montante de R\$100.000 e Hyundai Capital Securities Inc. no montante de R\$100.000. O Banco Hyundai passou a ser operacional em 2019.

<sup>(4)</sup> Agio líquido de amortização.

<sup>(5)</sup> Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré CFI teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária devida no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Olé") e na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Super") para o Banco Santander.

## Movimentação dos Investimentos

	Banco Hyundai	Banco PSA	Super	Olé Consignado	Total
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>51.073</b>	<b>167.111</b>	<b>111.796</b>	<b>743.655</b>	<b>1.073.635</b>
Aumento de Capital	100.000	-	-	-	100.000
Dividendos	-	(40.623)	-	-	(40.623)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.494)	16.446	4.347	274.307	292.606
Despesas de Amortização do ágio	-	(1.301)	(11.712)	(8.043)	(21.056)
Transferência de Controle para o Banco Santander	-	-	(104.431)	(1.009.920)	(1.114.351)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1	1
Outros	10	-	-	-	10
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>148.589</b>	<b>141.633</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>290.222</b>

## Valor Contábil dos Investimentos em 31 de Dezembro de 2017

	Banco Hyundai	Banco PSA	Super	Olé Consignado	Total
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>-</b>	<b>160.309</b>	<b>124.903</b>	<b>616.724</b>	<b>901.936</b>
Aumento de Capital	50.000	-	-	-	50.000
Dividendos	-	-	-	(68.333)	(68.333)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.083	8.104	(153)	207.791	216.825
Despesas de Amortização do ágio	-	(1.302)	(12.954)	(12.534)	(26.790)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1	-	-	7	8
Outros	(11)	(11)	-	-	(22)
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>51.073</b>	<b>167.111</b>	<b>111.796</b>	<b>743.655</b>	<b>1.073.635</b>

## 11. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	Residual	31/12/2019	31/12/2018
Benefetórias em Imóveis de Terceiros	57.055	(47.959)	9.096	2.133	1.607
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10.745	(9.103)	1.644	27	-
Sistemas de Processamento de Dados	3.795	(3.795)	-	-	-
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.863	(2.839)	24	13.021	118
Outras	2.097	(2.096)	1	118	118
<b>Total</b>	<b>76.557</b>	<b>(65.792)</b>	<b>10.765</b>	<b>15.299</b>	<b>15.299</b>

## 12. Intangível

	31/12/2019	31/12/2018
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos	142.518	12.546
Outros Ativos Intangíveis	1.192	-
<b>Total</b>	<b>143.710</b>	<b>12.546</b>

## 13. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	287.995	233.204
Provisão para Tributos Diferidos	41	87
Impostos e Contribuições a Pagar	38.815	72.064
<b>Total</b>	<b>326.851</b>	<b>305.355</b>

## a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2018	Constituição/Realização	Saldo em 31/12/2019
Mais Valia dos Intangíveis da Super	-	87	41
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>87</b>	<b>41</b>

## b) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

	Diferenças Temporárias	31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	Total
2020	3	2	4
2021	3	2	4
2022	3	2	4
2023	3	2	4
2024	3	2	4
2025 a 2027	8	5	12
2028 a 2029	5	3	8
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>15</b>	<b>41</b>

## 14. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 15 b)	1.241.306	1.206.402
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15 b)	244.171	261.493
Provisão para Pagamentos a Efetuar	-	-
Despesas de Pessoal	60.753	49.678
Despesas Administrativas	785	579
Outros Pagamentos	18.342	11.149
Fornecedores (1)	778.251	869.413
Taxa de Equalização - Subsídio da Rede (2)	16.037	36.144
Débitos de Veículos Apreendidos - Leilão	8.262	3.514
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	839	832
Outras	43.943	12.812
<b>Total</b>	<b>2.142.689</b>	<b>2.452.016</b>

(1) Registro de valores a pagar à agente de viagens, correspondentes às liberações parceladas estabelecidas em contrato de cessão.

(2) Registro de valores de juros subsidiados em operações de financiamentos.

## 15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

## a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3 k).

## b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)</b>	<b>1.241.306</b>	<b>1.206.402</b>
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14)</b>	<b>244.171</b>	<b>261.493</b>
Ações Trabalhistas	101.267	108.157
Ações Cíveis	142.904	153.336
<b>Total</b>	<b>1.485.477</b>	<b>1.467.895</b>

## c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.206.402</b>	<b>108.157</b>
Fiscais	108.157	153.336
Cíveis	1.098.245	1.263.510
Fiscais	159.773	186.385
Cíveis	1.038.472	1.077.125
Reversões (1)	1.558	27.125
Atualizações Monetárias (1)	43.756	637
Baixas por Pagamentos (2)	(2.468)	(37.033)
Outros	(7.942)	2.381
<b>Saldo Final</b>	<b>1.241.306</b>	<b>101.267</b>
Depósitos em Garantia	101.267	142.904
- Outros Créditos (2)	336.706	48.566
- Outros créditos e outras receitas/despesas operacionais.	5.522	326.513
(3) Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.	32.522	4.857

(1) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam as depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

## d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da política por base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Aymoré CFI tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**Afis e Cofins** - R\$1.227.658 (31/12/2018 - R\$1.185.099): a Aymoré CFI ajuizou medida judicial visando a pagar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou o base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista** - São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação e classificação dos assessores jurídicos.

**g) Passivos Contingentes Classificados como Êxito e Perda Possível** - São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e não reconhecidos contabilmente, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$907.616 e cíveis R\$7.580.

**INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - Processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária se os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Atualmente, o processo aguarda julgamento em âmbito administrativo. Em 31 de dezembro de 2019, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$135.600.

**Deutibilidade de perdas em operações créditos** - Refere-se a processo administrativo de natureza fiscal, visando a cobrança de imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do período de 2012, em razão de despesas operacionais supostamente não comprovadas e exclusão indevida de perdas em operações de crédito. Atualmente, o processo aguarda julgamento em âmbito administrativo. Em 31 de dezembro de 2019, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$573.221.

## 16. Patrimônio Líquido

## a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é composto por 2.877.066 (31/12/2018 - 287.706.670) mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domicílios no país.

Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$138 milhões, tendo como origem o valor remanescente do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e o excesso de reservas dos anos anteriores, passando o capital social de R\$727 milhões para R\$865 milhões.

Em AGE realizada em 23 de outubro de 2019, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$1.061 milhões com base em reservas, passando o capital social de R\$865 milhões para R\$1.926 milhões. Nesta AGE também foi aprovado a redução de R\$1.068 milhões, passando o capital de R\$1.926 milhões para R\$858 milhões. A redução do capital ocorreu sem cancelamento de ações e o Banco Santander (Controlador da Aymoré CFI) recebeu o valor referente ao aumento do capital mediante a entrega:

(i) de 261.359.460 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas da participação societária no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., conforme valor registrado em 30 de setembro de 2019; e (ii) de 90.724.086 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas da participação societária na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., conforme valor registrado em 30 de setembro de 2019.

## b) Estatutos e Juros sobre o Capital Próprio

Atualmente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto Ordinárias	Bruto Ordinárias	Líquido Ordinárias
Juros sobre o Capital Próprio (1)	110.000	16.500	93.500	0,38	0,32	0,32
Dividendos (2)	600.000	-	-	2,09	2,09	2,09
<b>Total</b>	<b>710.000</b>	<b>16.500</b>	<b>93.500</b>	<b>2,47</b>	<b>2,41</b>	<b>2,41</b>

	31/12/2019			31/12/2018		
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto Ordinárias	Bruto Ordinárias	Líquido Ordinárias
Juros sobre o Capital Próprio (3)	100.664	15.100	85.564	0,35	0,30	0,30
Dividendos (4)	161.419	-	161.419	0,56	0,56	0,56
<b>Total</b>	<b>262.083</b>	<b>15.100</b>	<b>246.983</b>	<b>0,91</b>	<b>0,86</b>	<b>0,86</b>

(1) Deliberado Reunião da Diretoria de 20 de março de 2019 e o pagamento efetuado em 12 de junho de 2019.

(2) Dividendos destacados com base em reservas e pagos em 26 de abril de 2019.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de maio de 2018 e o pagamento efetuado em 04 de junho de 2018.

(4) Em 31 de dezembro de 2018, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios pagos em 15 de maio de 2019.

## c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

## Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

## Reservas Remanescentes

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

## 17. Partes Relacionadas

## a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 30 de Abril de 2019, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2019, no valor máximo de R\$8.500. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e parte de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander e parte pelos cargos que ocupam na Aymoré CFI. A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

## a.1) Benefícios de Longo Prazo

A Aymoré CFI, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mesmo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculadas ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 25 b).

## a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração Fixa	3.065	1.507
Remuneração Variável	1.767	1.612
Outras	1.063	968
<b>Total Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>5.603</b>	<b>4.087</b>
Remuneração Baseada em Ações	2.619	968
<b>Total Benefícios de Longo Prazo</b>	<b>2.619</b>	<b>968</b>
<b>Total</b>	<b>8.222</b>	<b>5.055</b>

Adicionalmente, no exercício de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$471 (31/12/2018 - R\$522).

## b) Operações de Crédito

A Aymoré CFI poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) suas controladoras, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;

(2) seu diretor e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;

(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;

(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira possui participação societária qualificada;

(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

## c) Participação Acionária

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 2.877.067 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

## d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>13.927</b>	<b>-</b>	<b>70.778</b>	<b>-</b>
Banco Santander (Brasil) (2)	13.927	-	70.778	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>658.428</b>	<b>178.815</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>762.041</b>	<b>1.404.345</b>
Participações no Lucro <sup>(1)</sup>	(28.316)	(27.371)
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)</sup>	-	(100.664)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>733.725</b>	<b>1.276.310</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
às Alíquotas de 25% e 15%	(293.490)	(574.340)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	117.042	97.571
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(10.945)	(8.104)
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)</sup>	44.000	-
Demais Ajustes CSLL 5%	-	(8.653)
Demais Ajustes	18.448	23.528
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(124.945)</b>	<b>(469.998)</b>

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) A partir de janeiro 2019, nos termos da resolução CMN 4.706, os valores relativos à remuneração do capital declarados devem ser reconhecidos em contrapartida à conta adequada de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários

## 25. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

## a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Aymoré CFI patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

## I) Banesprev

**Sanprev Plano II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**Sanprev Plano III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2019	Banesprev 31/12/2018
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(78)	(32)
Valor Justo dos Ativos do Plano	192	79
<b>Sendo:</b>		
Superávit	114	47
Valor não Reconhecido como Ativo	12	(5)
<b>Ativo (Passivo) Atuarial Líquido</b>	<b>102</b>	<b>42</b>
Receitas (Despesas) Reconhecidas	3	2
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	109	52
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	112	(13)

## Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 7,05% (2018 - 9,11%);
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 7,05% (2018 - 9,11%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,5% (2018 - 4,0%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 4,02% (2018 - 5,0%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2018 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev 31/12/2019	31/12/2018
Experiência do Plano	(33)	17
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(11)	(11)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	2	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>(42)</b>	<b>16</b>
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	105	(22)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>105</b>	<b>(22)</b>
<b>Mudança no Superávit Irrecuperável</b>	<b>(6)</b>	<b>1</b>

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Duração (em anos) 31/12/2019	31/12/2018
Sanprev II	11,62	10,78

## II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2019 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R\$1.772 (31/12/2018 - R\$930).

## III) SBPREV

A partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2019 foram de R\$133.

## b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No exercício de 2019, foram registradas despesas "pro rata" para o Programa Global no valor de R\$394 (31/12/2018 - R\$69) e R\$1.345 (31/12/2018 - R\$1.276) para o Programa Local, registrados em despesas de pessoal.

## 26. Reestruturações Societárias

## a) Constituição de Parceria com Hyundai Capital Services, Inc.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. ("Hyundai Capital") os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.

## I) Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. ("Banco Hyundai"). Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai. Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo BACEN para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai iniciou suas operações em abril de 2019.

## II) Hyundai Corretora de Seguros Ltda

Em 30 de abril de 2019, o BACEN autorizou o Banco Santander a deter participação indireta em sociedade a ser constituída sob a denominação Hyundai Corretora de Seguros Ltda. ("Hyundai Corretora"). A Hyundai Corretora foi constituída em 22 de julho de 2019. Em 10 de setembro de 2019 a Hyundai Corretora obteve o registro da sociedade como corretora de seguros junto à SUSEP. A Hyundai Corretora iniciou suas operações em novembro de 2019.

## b) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação. Em 30 de janeiro foi alterado o nome do Banco Olé de Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Consignado S.A.

**Evento subsequente:** Em 31 de janeiro de 2020, O Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$ 1.608.772.783,47. Como resultado, o Banco se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

## c) Transferência de controle do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. e da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária detida no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Olé") e na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Super") para o Banco Santander. Em 23 de dezembro de 2019, foram cumpridas as condições necessárias para conclusão da operação, término do prazo de oposição de credores, nos termos do art. 174 da Lei nº 6.404/76, de forma que Olé e Super passaram a ser diretamente controladas pelo Banco Santander.

## 27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

## 28. Eventos Subsequentes

## As operações e resultados podem ser impactados negativamente pelo surto de coronavírus.

Preocupações com a saúde global ou nacional, incluindo o surgimento de doenças pandêmicas ou contagiosas, como o coronavírus recente, podem afetar a Aymoré CFI adversamente. Desde dezembro de 2019, uma nova cepa de coronavírus se espalhou na China e em outros países. Tais eventos podem causar interrupção da atividade econômica regional ou global, o que pode afetar as operações e resultados financeiros. A extensão em que o coronavírus afeta os resultados dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do coronavírus e as ações para conter o coronavírus ou tratar seu impacto, entre outras.

## DIRETORIA

## Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

## Diretores Executivos

André de Carvalho Novaes

Antonio Pardo de Santayana Montes

## Contador

Leonardo Santicioli - CRC SP- 265213/O-3

Ricardo Olivares de Magalhães

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras  
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury  
Contadora CRC 1SP192785/O-4